

## Os Colégios Jesuítas de Goa e Cochim: séculos XVI-XVIII

Maria de Deus Beites Manso

*Universidade de Évora*

**1. O Colégio de S. Paulo** - Com a intenção de renovar as missões, chegou a Goa, em 1542, Francisco Xavier, dando início a um constante vaivém de missionários jesuítas que se espalhariam por todo o Oriente . Na Índia, dentro do regime interno da Ordem, possuíam a Província do Norte, Goa, e a do Sul, Malabar.

Em Goa, havia quase meio século que se tinha iniciado um processo de ocidentalização e cristianização das populações hindus. Tendo sido criada a diocese de Goa, em 1533 e fundado o arcebispado metropolitano em 1557, esta tornou-se não só a capital política, mas também o centro económico, cultural e religioso da Índia Portuguesa, dando origem a uma série de instituições, não só para propagar o Cristianismo, mas também para a formação do clero e para a expansão das letras e da cultura ocidental, como foi o caso da fundação de colégios e seminários. Alguns colégios eram mais centros de propagação missionária do que espaços de acção pedagógica. Muito deles ficavam-se pelo ensino das primeiras letras e “humanidades rudimentares”.

A primeira instituição a ser criada foi a Confraria da Santa Fé (1540), obra de beneficência, favorecida com os bens confiscados aos templos hindus. Em 1542 o Vigário Geral e o Padre Diogo Borba criaram um seminário, o Seminário da Santa Fé de Goa, tendo sido entregue aos Jesuítas no ano seguinte. A 8 de Março de 1546, D. João III atribuiu-lhe uma tença anual de 800.000 reis, a cobrar nas rendas reais da cidade de Goa. Quando S. Francisco Xavier aqui chegou verificou que a maioria dos alunos só sabia ler, rezar e escrever. Por isso, aconselhou a introdução do ensino da Gramática, “alguma cousa de Sagrada Escritura ou de Matéria de Sacramento”, e para se evitarem desentendimentos e ódios entre os alunos, resolveram apenas aceitar os nativos puros, excluindo portugueses e mestiços. A entrada dos alunos ocorria entre os treze e quinze anos de idade, por causa do conhecimento que já tinham da língua. Estes, ordenados sacerdotes, pregariam o Evangelho nas suas próprias terras.

O principal colégio jesuíta na Índia só surgiu em 1548, o Colégio de S. Paulo, destinado a receber portugueses e gentios, ao qual foi anexado o Seminário da Santa Fé. Juntamente com o colégio da Madre de Deus de Macau foi um dos principais centros de cultura europeia em toda a Ásia. Neste mesmo ano o Reitor, Padre António Gomes, baseado no fraco rendimento pedagógico e moral dos alunos, procedeu de imediato à sua reorganização, optando pela separação dos alunos indígenas dos alunos portugueses, preferindo os colegiais portugueses. Justificava que este estabelecimento de ensino se destinava, simplesmente, a formação superior. Tal facto, levou à *desistência* dos estudantes indígenas, causando grande celeuma na cidade. Atendendo ao escândalo *a legalidade foi restaurada*, mas restringiu-se a permanência dos alunos até aos quinze anos, para aprenderem a ler, a escrever, a rezar e o latim. Chegados a essa idade, podiam voltar para suas terras como catequistas ou elementos *crístãos de elite*, caso não quisessem entrar na carreira eclesiástica.

Em 1549, o Governador Jorge Cabral publicou uma provisão, pela qual obrigava todos os detentores de bens dos antigos templos gentios e seus servidores a declará-los ao vedor da Fazenda, Álvaro Afonso, a fim de que este os fizesse entrar no tombo do Colégio da Santa Fé e as respectivas rendas pudessem ser cobradas, sem trabalho, aplicando penas severas aos sonegadores.

O colégio de S. Paulo considerava-se como uma Escola Apostólica da Ordem e como Seminário de missões para a formação do clero indígena para os países situados a Este do Cabo da Boa Esperança. Era destinado a alunos de Filosofia e Teologia da Companhia e para todos aqueles que frequentavam outros colégios e manifestassem capacidades para os estudos de Filosofia. Segundo a opinião do padre Simão Rodrigues, este colégio deveria seguir o ensino ministrado em Coimbra e ser uma universidade da Ordem para o ensino da Filosofia e da Teologia. A sua organização, quando comparada com os colégios na Europa, não tinha diferenças notáveis. Aqui, falavam-se entre oito a dez línguas distintas e, no início, quando os alunos não dominavam ainda o português, limitavam-se a repetir o que ouviam. Posteriormente, o problema foi sendo minorado, devido à aprendizagem das línguas locais pelos inácianos.

No Colégio de Goa, os estudos dividiam-se em três classes de latinidade, um curso de Artes, três lições de Teologia Especulativa e Moral e uma de Escritura Sagrada. Isto é, seguiam a tradição humanista do método sólido e racional da “*Ratio Studiorum*”. A *Ratio* chamava a atenção dos jesuítas para a necessidade de respeitar as *Constituições*, quanto ao programa de estudos, o que implicava o seguimento de

Aristóteles correctamente interpretado, a não ser nos casos pontuais em que fosse de todo impossível harmonizar as posições do Estagirita com a ortodoxia da fé católica. A par do ensino da Música, Gramática, Retórica, Filosofia e Teologia, também se ensinavam as primeiras letras, a escrever e a contar. A partir de 1556, as aulas do colégio tornaram-se públicas, com três classes de latinidade, um curso de Filosofia e uma cadeira de Moral. Acabado o curso de Artes, acrescentaram-se duas cadeiras de Teologia Especulativa. Esta organização de estudos parece ter-se mantido até à saída dos Jesuítas, pois, no século XVII, Fernão Guerreiro refere que no Colégio de Goa se lê Latim, Artes, Teologia e casos de consciência e há também escola de meninos. Luís Filipe Thomaz diz-nos que aqui também funcionou durante algum tempo “ secularizada e tornada a *Aula de Medicina* em 1703, depois reforçada por uma *Aula de Cirurgia* em 1716, constituiu assim o embrião da *Escola Médico-Cirúrgica* instituída oficialmente em 1842”.

Devido à ausência de documentação torna-se difícil traçar os currículos e cursos com precisão. Entre a documentação consultada nenhuma refere o ensino da Matemática, apenas afirmam que se ensinava a contar. Recentemente, Ugo Baldini escreveu que em linha de princípio toda a província missionária deveria dispor de um *cursus studiorum* completo, com um triénio de filosofia incluindo um ensino anual de matemática e deveria formar automaticamente especialistas em todos os sectores. Por conseguinte, também para a matemática se deveria desenvolver um automatismo reprodutivo, mas durante muito tempo isso não aconteceu. Só alguns colégios “máximos” das províncias asiáticas tiveram o “cursus” completo (só Goa e Macau com continuidade). Algumas vezes, como nos colégios ibéricos, os professores de filosofia supriram a ausência da matemática inserindo um tratado da “esfera” no curso de filosofia natural, mas semelhantes tratados elementares não davam uma preparação técnica. Assim também no século XVIII as missões dependeram da Europa para o pessoal matemático e quase totalmente para professores de filosofia e teologia.

**2. O Colégio de Cochim** - Na província do Malabar havia, em Cranganor, desde 1540, um seminário franciscano, fundado por Fr. Vicente de Lagos, destinado aos filhos dos cristãos de S. Tomé, com aulas de Latim, Teologia e Cantochão, com o objectivo de latinizar esta cristandade. Em 1548 quando Xavier passou por Cochim teve a intenção de fundar um colégio da Companhia nesta cidade, mas tal não se verificou. No entanto, a sua estada deu entusiasmo para que o capitão Francisco da Silva Meneses e os cristãos ordenassem a construção dum Colégio – Colégio da Madre de Deus. Para esse fim foi

doado ao Padre Gomes uma extensa chã, coberta de palmares, com uma igreja adjacente, que fora fundada quarenta anos antes, no melhor sítio da cidade, junto ao mar, por um fidalgo da família dos Mendonças e valeria mais de mil e cem cruzados. Juntaram a estas ofertas mais de seiscentos pardaus e, em 1549, já podiam albergar cinquenta pessoas. Neste mesmo ano, foi enviado para Cochim, Baltasar Gago, a fim de dar principio ao colégio. No entanto, devido a problemas com o Vigário Pedro Gonçalves e os irmãos da Confraria, fez com que estas doações se cobrissem de alguma precariedade e fez com que o Vice-rei limitasse a planta de cinquenta pessoas para dez ou doze.

O principal centro de cultura foi o Colégio de Cochim, fundado em 1560, pelos jesuítas, com um seminário anexo e apenas leccionava o ensino elementar, pois em 1594 só aí havia dois professores de humanidade: primeira classe e segunda classe e aula de latim, tendo nove alunos.

Quando em 1605 foi constituída a província do Malabar, tornou-se o principal colégio, terminando com a tomada de Cochim pelos holandeses, em Janeiro de 1663. Este nunca atingiu o prestígio e nível de ensino do de Goa, no entanto foi fundamental para a instrução dos cristão locais.

**3 Actividade cultural dos missionários-** Demos a conhecer algumas orientações da Companhia de Jesus no ensino na Índia. Mas a sua acção na Índia não pode ser limitada ao ensino ou aos currículos leccionados. Em todo o espaço ultramarino a Companhia propunha-se catequizar, ocidentalizar, sendo os seminários e colégios meios para obter tais objectivos.

A acção e a importância dos Colégios de Goa e Cochim revestiu-se de significado diferente, em parte, devido ao tipo de ocupação portuguesa. Enquanto em Goa a administração do espaço era portuguesa, portanto não havia qualquer oposição local à sua construção e funcionamento, em Cochim as autoridades nativas tinham de aprovar a sua construção e a oposição à sua actividade era permanente, quer por parte dos cristãos locais, quer devido à conflitualidade religiosa que aí se vivia, motivada pelos desentendimentos entre Jesuítas e Franciscanos. Estas situações impediam ou dificultavam o sucesso de muitas das estratégias missionárias. Também em Goa o apoio e protecção à Companhia foi mais significativo, não só em rendas régias, mas também, por exemplo, na obrigatoriedade de os Jesuítas educarem os órfãos. Mas, em ambos os espaços se privilegiava a pregação, a catequização, o ensino e a caridade, praticada na assistência aos doentes e aos presos.

A par do ensino aplicado nestes colégios, houve um conjunto de actividades que superou as orientações emanadas pelos superiores, mas que serviam os fins da Ordem: instruir e missionar são a intervenção individual do missionário nas disputas públicas e particulares, assim como o entusiasmo por conhecer as crenças religiosas e suas origens. Esta preocupação aparece desde os começos do período missionário. Francisco Xavier, enquanto esperava embarcar para a Índia, perguntou a Inácio de Loyola sobre o modo de lidar com os “infieis”; e, aquando da sua estada na Índia, teve contactos com os líderes religiosos locais. Nesta altura fez sobre as suas vidas e ciência observações pouco lisonjeiras, considerando os Brâmanes como o grande obstáculo da conversão.

Depois de 1558, os Jesuítas de Goa tiveram conhecimento da literatura mística dos maratas e, com a ajuda de um convertido, Manuel de Oliveira, fizeram traduções para o português. Contudo, entre os demais aspectos que nos surgem com significado, ressaem as descrições e/ou os escritos sobre o Hinduísmo. Segundo a historiografia, parece que Alexandre Valignano, Visitador do Oriente, foi o primeiro jesuíta a fazer uma síntese do Hinduísmo: *História do Princípio e progresso da Companhia de Jesus nas Índias Orientais (1580-1583)*. Este fala-nos de algumas qualidades e costumes do índio oriental, religião, cerimónias, ritual sati. Em 1594, Sebastião Gonçalves recebeu a tarefa de escrever uma história sobre a Província. Recolheu muita informação até 1606, mas parte dela perdeu-se e, mais tarde, Francisco de Souza, no seu *Oriente Conquistado*, tentou refazer os temas desaparecidos. Nesta história aborda questões como divindades hindus, transmigrações das almas e outras cerimónias hindus. Mais completo, porque analisou com maior profundidade os assuntos sobre o Hinduísmo, foi Giacomo Fenizio, no livro: *Livro da seita dos Índios Orientais*, escrita em Malabar, com introdução e notas. Nele estão incluídos trechos dos poemas épicos *Mahabharata* y *Ramayana*. Gonçalo Trancoso escreveu a obra mais importante sobre o Hinduísmo, antes do séc.XIX (Maduré, 1616), *Tratado sobre o Hinduísmo*, ed. anotada de José Wicki S.J., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973). Diogo Gonçalves S.I., *História do Malabar*, ed. de Josef Wicki, Münster, 1955, faz uma análise sobre a história e costumes malabares: casamentos, ritos de passagem, festas, superstições, etc. Lembre-se que tais descrições/análises não significavam o respeito ou a adopção pelas culturas locais, quase sempre tinham como finalidade a sua refutação e a valorização da cultura europeia e constituíam uma forma de missionação.

A narração feita a respeito das crenças, costumes, etc., sobre estas gentes que contactavam e a influência que exerciam sobre eles através da acção dos colégios, deve

ser conjugada com as disputas que muitos missionários faziam, com membros de outras religiões – islamismo, hinduísmo, budismo, judaísmo. A Igreja de S. Paulo de Goa serviu de palco a estes encontros: “As doutrinas islâmicas, bramânicas e talmúdicas, expostas pelos mesmos textos originais, eram então sujeitas a rude crítica pelos missionários e interpretadas, em português, perante a assistência. Em Goa, destacamos os nomes dos Padres Gonçalves da Silveira e Francisco Rodrigues, o Manquinho, e em Ormuz, o holandês, Gaspar Barzeo. A tradição foi aberta por Francisco Xavier, quando, por exemplo, em Goa visitou os templos hindus e tentou certificar-se dos pontos fundamentais da teologia bramânica, optando pela discussão. Segundo Domingos Maurício, Xavier “insistia mais em pontos de vista filosóficos que propriamente teológico-dogmáticos”.

As cartas enviadas da Índia não nos dão muitos esclarecimentos sobre a matéria, mas mostram-nos interesse pelos segredos esotéricos do bramanismo, professado nas mais prestigiadas academias do Indústão. Conseguiu apurar o seu carácter originariamente monoteísta e a coincidência fundamental da ética bramânica com certas correntes da filosofia ocidental. Para Domingos Maurício, Xavier, “Antecipa-se notavelmente, à história da filosofia dos nossos dias, que confirma as influências indianas no pensamento filosófico da Grécia e seus derivados. A conversão de Brâmanes letrados, em parte, marca, evidentemente, a reacção do espírito hindu às influências convincentes das ideias filosóficas da cultura portuguesa”.

A Norte, em Goa, os missionários jesuítas discutiram as obras do brâmane Gità Veaco. Mas, na província do Sul o procedimento repetia-se. O Padre Henrique Henriques, no livro *Contra as fábulas dos gentios*, refutou a pretensa transmigração das almas, atacando muitas das superstições das castas inferiores e tradições em que eles se apoiavam. Para além de outros, queremos aqui destacar Roberto de Nobili, na missão do Maduré, um dos missionários que maior importância deu aos estudos filosóficos. Grande conhecedor do sânscrito, quis formar um colégio ou universidade de brâmanes, com um curso de Filosofia ocidental, mas tal não se concretizou, devido à falta de recursos e ao desconhecimento do sânscrito. O missionário compôs, em 1609, em tamil, um trabalho filosófico, *O Livro da Ciência da Alma*, muito apreciado pelos letrados hindus, onde contrapõe a ideia bramânica do espírito encerrado no corpo com o conceito da forma aristotélica, *principium vitae*.

Em relação às obras filosóficas que pudessem ter saído destes colégios, não temos conhecimento delas, e, quando consultamos a lista de obras impressas, também

não há referência, dado a atenção ter sido dedicada ou à linguística ou à edificação religiosa. No entanto, sabemos que da Europa iam muitas obras e havia numerosas bibliotecas espalhadas nos colégios e casas jesuítas, de onde destacamos as *Sumas* de S. Tomás, as obras de Pedro da Fonseca, o *Curso Conimbricense*, as obras de Platão, a *Ética* de Aristóteles, etc.

De seguida, e para finalizar, faremos uma pequena incursão pelo campo linguístico. Não sendo objecto deste estudo, quero, no entanto, rememorar esta componente jesuíta, a qual ganhou particular notoriedade na Índia. Como anteriormente escrevemos, uma das principais preocupações dos missionários que para aqui partiram foi a aprendizagem das línguas locais, tendo Francisco Xavier dado o exemplo. Segundo Francisco Rodrigues, para auxiliar o estudo abriram várias escolas de línguas para os missionários: Punicale, Salsete, Ambalacate e Vaipicota. Os resultados havidos, sobretudo no Malabar, não teriam atingido a mesma dimensão se não houvesse o conhecimento das línguas locais. Tal preocupação visava o conhecimento das línguas com a finalidade de atingirem os objectivos missionários e culturais que a Ordem se propunha, mas conseguiram, desta forma, refutar as suas doutrinas, isto é, não foi o apreço pelas culturas locais, mas antes a sua destruição que os moveu neste propósito.

Entre os muitos que se distinguiram neste campo do saber, destacamos: o Padre Henrique Henriques, conhecedor da língua Tamil, que escreveu e imprimiu a *Arte da Língua Tamulica e Vocabulário*, um *Catecismo* maior e outro menor, *Vidas de Jesus Cristo, Maria*, etc.; o Padre Gaspar de Aguilar escreveu a *Arte de língua Tamulica*, da qual se fez depois um *Compendio*.; o Padre Antão de Proença compôs: *Vocabulário Tamulico-Português*. Na Língua Concani, distinguiram-se: o Padre Thomaz Estêvão, com Purâna, traduziu, ainda, em concani, a *Cartilha da Doutrina Cristã* do P. Ignácio Martins e compôs uma *Grammatica* da mesma língua; do Padre Diogo Ribeiro, entre outras obras, destacamos um Dicionário Concani-Português: *Vocabulário da língua Canarina, feito pelos Padres da Companhia de Jesus, que residem na Christandade de Salcete e novamente acrescentado com vários modos de fallar pelo P. Diogo Ribeiro*; outros quiseram penetrar na literatura dos brâmanes e estudaram o *Sânscrito*. Indicamos entre outros mestres os Padres Roberto de Nobili e Antão de Proença.

Podemos, pois, afirmar que a acção cultural e missionária dos jesuítas na Índia foi decisiva para a implantação e enraizamento da cultura e demais valores dos portugueses no Oriente dos séculos XVI-XVIII.

## BIBLIOGRAFIA

Baldini, Ugo, “ As Assistências ibéricas da Companhia de Jesus e a actividade científica nas missões asiáticas (1578-1640). Alguns aspectos culturais e institucionais”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Abril-Junho, Tomo LIV, Fasc. 2, 1998, pp. 205-206.

*Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*, 12, vol., ed. Carlos Sommervogel S.J. Bruxelles, Paris, <toulouse : Schepens, A. Picard, 1890-1932.

Buesco, Leonor, *A Galáxia da Língua Malabar em Português*, Lisboa, Ed. Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

Châtellier, Louis, *A Religião dos Pobres, as fontes do cristianismo moderno, séc. XVI-XIX*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

*Documenta Indica, D. Joseph Wicki, 19 vol.* Roma, *Monumenta Historica Societatis Iesu*, 1948.

Farinha, Pe António Lourenço , *Vultos Missionários da Índia Quinhentista*, Ed. Missões Cucujães, 1955.

Figueiredo, Padre Niceno de, *Pelo Clero de Goa. Duas Lendas: O Cisma de Goa e Ignorância do Clero Goês*, Bastorá, Tip. Rangel, 1939.

Lopes, David, *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Barcelos, Portucalense Editora, 1936.

Manso, Maria de Deus “A Sociedade Indiana e as Estratégias Missionárias:1542-1622”, *Portugueses Studies Review, Special Doublé Number – The Evolution of Portuguese Ásia, 1498-1998*, vol. Nb 1 and 29, numbers 1 and 2, University of New Hampshire, **2002**, pp.321-333.

-----, “ Convergências e Divergências: O Ensino nos Colégios Jesuítas em Goa e Cochim durante os séculos XVII-XVIII”, *Jesuítas, Ensino e Ciência*, Lisboa, Caleidoscópio, pp.163-180.

-----, “O Cristianismo na Índia: da difusão ao confronto (séc. XVI-XVII)”, *População: Encontro e Desencontros no Espaço Português*, Actas do IV Curso de Verão da Ericeira, Ed. Mar de Letras, **2003**, pp. 75-8

-----“S. Francisco Xavier e a Índia”, *São Francisco Xavier A Sua Vida e o Seu Tempo (1506-1552)*, Comissariado Geral Das Comemorações do V Centenário de S. Francisco Xavier, Lisboa, **2006**, pp. 77-83.

Massimi, Marina, *Um incendiado desejo das Índias...*, S. Paulo, Ed. Loyola, 2002.

Maurício, Domingos, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos. Jorge Cabral: Ceilão e Malabar”, *Broteria, Revista contemporânea de Cultura*, vol. LVIII, fasc. 2, Lisboa, 1954.

J. O’Malley, *The First Jesuits in India*, Cambridge, Harvard University Press, 1993;  
Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

*Revista Portuguesa de Filosofia*, “Comemorando 450 anos da Companhia de Jesus”, Braga, Outubro-Dezembro, T. XLVII, Fasc. 4, 1991.

*Revista Portuguesa de Filosofia*, “Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599-1999)”, Braga, Julho Setembro, T. LV, Fasc.3, 1999.

Rodrigues, Francisco, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, 2ª ed., Porto, Rodrigues, Francisco, *A Formação Intelectual do Jesuíta*, Porto, Liv. Magalhães & Moniz Editores. 1917.

Schurhammer , Georg, S. J., *Francisco Xavier. Su vida y su tiempo*, III Tomos, Gobierno de Navarra, Compañía de Jesús, Arzobispado de Pamplona, 1992.

Thomaz, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.